

6

AUDITORIA DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO



O QUE O TCU FISCALIZOU?

O TCU realizou auditoria financeira nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON), conhecidas como Balanço Geral da União (BGU), com o objetivo de emitir opinião sobre se as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e a execução orçamentária da União do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público. O trabalho visa subsidiar a emissão do Parecer Prévio do TCU sobre as contas do Presidente da República.

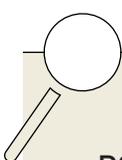
As auditorias nos componentes do BGU abrangeram os nove ministérios financeiramente mais significativos e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, em conjunto, representam cerca de 92% da despesa orçamentária e 78% dos ativos da União. A auditoria foi realizada com apoio da Controladoria Geral da União (CGU), conforme previsto no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.

VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

O volume de recursos fiscalizados, apenas nas auditorias do TCU, foi de **R\$ 14,5 trilhões** na perspectiva patrimonial, que considera os bens e direitos, e as obrigações e o patrimônio líquido da União; e de **R\$ 4,7 trilhões** na perspectiva orçamentária, que envolve tanto as despesas empenhadas como as receitas arrecadadas.

O QUE O TCU ENCONTROU?

Nos saldos e transações divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2023, foram detectadas as seguintes distorções agregadas, bem como algumas limitações à obtenção de evidência:



**R\$ 20,0 bilhões em distorções e
R\$ 144,6 bilhões em limitações de escopo no Ativo Total**

**R\$ 2,8 bilhões em distorções e R\$ 8,4 bilhões
em limitações de escopo no Passivo Exigível**

R\$ 20,4 bilhões em distorções no Patrimônio Líquido

R\$ 9,9 bilhões em distorções no Resultado Patrimonial



Os resultados do trabalho estão apresentados no Capítulo 5 da Auditoria do Balanço Geral da União, do relatório de apreciação das contas do Presidente da República.

QUAL FOI A PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO?

Foi proposta opinião com ressalva sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da União, em razão da relevância das distorções e limitações de escopo relatadas.

Além das propostas encaminhadas nos relatórios de auditoria dos componentes individuais que integram a auditoria do BGU, no relatório das demonstrações consolidadas foram propostas determinação e recomendações à Secretaria do Tesouro Nacional acerca de distorções transversais relevantes, envolvendo a reavaliação de bens imóveis e o processo de consolidação das demonstrações contábeis da União.

A implementação das medidas propostas contribuirá para o aumento da credibilidade, utilidade e transparência das informações contábeis do governo. Espera-se ainda que o conjunto de deliberações propostas contribuam para aprimorar a convergência dos procedimentos contábeis nacionais aos padrões internacionais, atualmente em implementação pela Secretaria do Tesouro Nacional.

QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

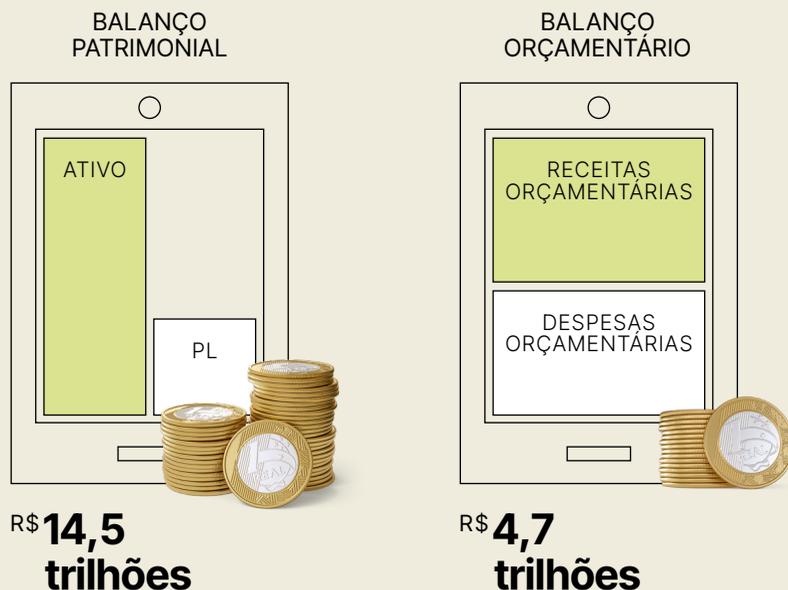
Para garantir a efetividade das medidas propostas, sua implementação será monitorada na auditoria do próximo exercício.



RESUMO DE AUDITORIA

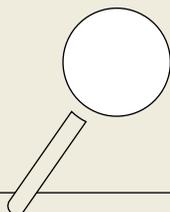
RELATOR: **VITAL DO RÊGO**
TC: : **010.005/2024-2**
UNIDADE RESPONSÁVEL: **AUDFISCAL**

VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS



OPINIÃO DE AUDITORIA

COM RESSALVAS



R\$ 20,0 BILHÕES EM DISTORÇÕES E R\$ 144,6 BILHÕES EM LIMITAÇÕES DE ESCOPO NO ATIVO TOTAL
R\$ 2,8 BILHÕES EM DISTORÇÕES E R\$ 8,4 BILHÕES EM LIMITAÇÕES DE ESCOPO NO PASSIVO EXIGÍVEL
R\$ 20,4 BILHÕES EM DISTORÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R\$ 9,9 BILHÕES EM DISTORÇÕES NO RESULTADO PATRIMONIAL

Foram propostas recomendações e determinação às entidades envolvidas para o tratamento das distorções e deficiências de controle interno identificadas.

2024



PRÓXIMOS PASSOS

- Acompanhamento das deliberações do Tribunal
- Auditoria 2024

